A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ORGANIZAÇÃO FÍSICA, MATERIAL E HUMANA DA ESCOLA PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA[1]

Míriam da Silva Souza

Resumo: O presente trabalho tem como tema A educação inclusiva na organização física, material e humana da escola para o atendimento de crianças com deficiência. Onde o objetivo é compreender a organização das escolas para garantir a educação inclusiva, nos aspectos relacionados à organização física, material, humana voltados ao atendimento de crianças com deficiência. A escolha deste tema surgiu das necessidades de compreender e conhecer a realidade do ensino da educação inclusiva no município de Jaguaruna/SC, e saber se as escolas estão realmente preparadas para a inclusão de crianças com deficiência.

Para obter essas informações foi contado com a participação de funcionários do município, que perante a situação atual de pandemia, onde as aulas estão suspensas e a necessidade de distanciamento social, decidiu-se por fazer a coleta de dados através de um questionário na plataforma Formulários do Google, então os funcionários responderam o formulário e desta maneira contribuíram para a pesquisa.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Escolas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema A educação inclusiva na organização física, material e humana da escola para o atendimento de crianças com deficiência, a

[1] Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação do professor Jorge Alexandre Nogared Cardoso, no segundo semestre de 2020.

pesquisa foi feita com funcionários que exercem diferentes funções nas escolas do Município de Jaguaruna/SC.

As pessoas com deficiência durante muito tempo foram deixadas à margem da sociedade, só a partir dos avanços nas discussões sobre o tema e do processo de legalização da inclusão esta realidade vem se modificando.

A educação inclusiva resume-se na adaptação de escolas de ensino básico para atender a todas as crianças, não apenas as deficientes, mas também as que possuem dificuldades de aprendizagem ou altas habilidades.

O acesso deve ser garantido a todos, logo, o ambiente escolar precisa oferecer espaço adequado ao trabalho inclusivo, para que possa atender as necessidades de cada criança. Diante disso, a proposta desse trabalho é investigar como as escolas do Município de Jaguaruna/SC estão no aspecto físico, material e humano, qual a visão dos professores sobre o processo de inclusão das crianças com deficiência na escola e como esta visão pode interferir na prática docente?

Observa-se que a educação inclusiva é uma inovação educacional, propõe a abertura das escolas às diferenças e admite todos os alunos, desenvolve currículos baseados em saberes abertos e com base sociocultural. O interesse em estuda-lo deve-se a preocupação de verificar como acontece o processo de inclusão nas escolas de educação no Município de Jaguaruna/SC, ou seja, se vem promovendo os alunos com deficiência, bem como de todos os alunos da turma em que estão inseridos.

A educação inclusiva desde que bem estruturada em todos os níveis da escola, é um processo viável, pois favorece a aprendizagem e promoção dos alunos com deficiência e demais alunos, contribuindo para a formação de todos, ambos aprendem a conviver com as diferenças e também a superar os obstáculos por elas impostos.

A escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais reais como falta de recursos humanos, pedagógicos e

físicos ainda não contemplados nesse Brasil afora, mesmo nos grandes centros. Essas condições, a serem plenamente conquistadas em futuro remoto, supõem-se, são exequíveis na atualidade, em condições restritamente específicas de programas-modelos ou experimentais.

De acordo com a série “Saberes e práticas da inclusão”, publicado pelo Ministério da Educação:

> “O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente. ” (BRASIL, 2003, p. 24).

A Educação Inclusiva tem sido atualmente definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos. Conforme define a LDB, trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania. Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem a aprendizagem e a participação dos mesmos no processo educativo.

De acordo com a LDB em seu Art. 58º:

> “a educação especial, consiste na a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014, p. 33).

Esse artigo da LDB, também deixa claro que será oferecido quando necessário apoio especializado, na escola regular, para o atendimento as peculiaridades da clientela de educação especial, caso não sejam possíveis a dos alunos em classes comuns de ensino regular. A educação especial deve ser oferecida aos educandos a partir da educação infantil, na própria rede pública.

Nesse contexto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados – quando necessários – não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com deficiência compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica "normal" parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menos acentuada dificuldades para aprender.

A atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno portador de necessidades especiais aquele que "... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. " (MEC/SEESP, 1994, p. 25).

A classificação desses alunos, para efeito de prioridade no atendimento educacional especializado (preferencialmente na rede regular de ensino), consta da referida Política e dá ênfase a:

- Portadores de deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla;
- Portadores de condutas típicas (problemas de conduta);
- Portadores de superdotação;

Neste artigo será apresentado detalhadamente o tema, a justificativa; a problematização, os objetivos, a fundamentação teórica que irá abordar a organização física, material e humana, a educação e a escola, educação inclusiva na escola, a metodologia que apresentara o tipo de estudo, população e amostra, coleta de dados, análise e interpretação dos dados. Será visto também a apresentação dos dados coletados, análise dos dados coletados em forma de texto, e a conclusão do artigo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), por meio do documento Política Nacional de Educação Especial que orienta oficialmente os serviços públicos nesta área, considera a Educação Especial como sendo:

> […] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, 1994, p.17).

A educação inclusiva tem um importante papel, mais importante que conceber a escola como transmissora de conteúdo é arquitetá-la como espaço privilegiado da formação e do exercício da cidadania, pois ela é capaz de provocar profundas e intensas mudanças sociais, desde que esteja alicerçada em princípios que visem uma educação digna, igualitária e de qualidade para todos.

O termo organização apresenta duas referências básicas. Por um lado, a palavra organização é utilizada para se referir à ação ou resultado de organizar ou organizar-se.

Por outro lado, designa-se com o termo de organização àquele sistema desenhado para atingir satisfatoriamente determinados objetivos ou metas, no entanto, estes sistemas podem, a sua vez, estar formados por outros subsistemas relacionados que cumprem funções específicas.

De acordo com pensamento de Cortella (2004) as representações do espaço escolar estão permeadas por duas ordens:

> “os produtos materiais (as coisas) que estão impregnados de idealidade e os produtos ideais (as ideias) que estão entranhadas de materialidade, esta treliça de elementos: físico, humano e ambiental ao serem interpretados passam a ter um significado maior, o qual chamamos “conhecimento”. (CORTELLA, 2004, pg. 44).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

> “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E em seu parágrafo 1º dispõe: § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias” (BRASIL, 1996, artigo 1º).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior).

Segundo a LDB 9.394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior.

A educação encontra na escola o seu ponto privilegiado, pois é ela a instituição que de forma oficial tem, na sociedade, a atribuição formal e exclusiva de ensinar, mesmo sofrendo nos dias de hoje concorrência dos meios de comunicação de massa que disseminam a informação de forma rápida e eficiente.

Buscar a igualdade ignorando as diferenças, gera desigualdade, condição em que seres humanos são privados do acesso às oportunidades, aos serviços e benefícios oferecidos pela sociedade, e assim, permanecem à margem da sociedade.

Para a escola, na sociedade, a tarefa é desafiadora, educar na complexidade de mundo que nos atinge, e de articular entre igualdade com diferença no contexto de uma sociedade marcada pelos processos de discriminação e exclusão. Nesse pressuposto é que se resume a proposta de uma educação inclusiva, pela qual escola é solicitada no sentido de alcançar uma resposta educativa comum e diversificada ao mesmo tempo, proporcionando a todos os educandos uma cultura comum, sem, contudo, desrespeitar as suas especificidades peculiares e necessidades individuais.

Inclusão é o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte. Socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade.

A inclusão escolar prevê a integração de alunos com deficiência em classes de aula regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam, por exemplo. No entanto, as escolas precisam estar preparadas para dar o suporte necessário para esses alunos, seja na infraestrutura da instituição (rampas, sinais, elevadores, etc) e, principalmente, na capacitação dos profissionais de ensino para este tipo de acompanhamento. É função do educador estar preparado para educar os mais diferentes tipos de indivíduos.

Negar o ensino para crianças e jovens por qualquer que seja o motivo é crime, assim como também é ilegal segregar os alunos em grupos que se diferenciem dos demais estudantes.

Educação inclusiva é uma modalidade de educação que inclui alunos com qualquer tipo de deficiência ou transtorno, ou com altas habilidades em escolas de ensino regular.

Inclusão social é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade.

Além da LDB existem várias outras legislações e documentos que normatizam a inclusão de alunos com deficiência.

No ano de 1988, a Constituição Federal o artigo 205 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

No ano de 1994, Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793 recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes.

No ano de 2007, o Decreto nº 6.094 que implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.

No ano de 2008, o MEC publica a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, sendo um documento fundamental que enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: “na perspectiva da”. Ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva).

No ano de 2009, foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 4, que institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Afirma que o AEE (Atendimento educacional especializado) deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.

No ano de 2011, o Decreto nº 7.611 declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.

No ano de 2015, Lei nº 13.146 Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência LBI, em seu capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção Mundial sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo foi realizado através de duas frentes de pesquisa, sendo a primeira de natureza bibliográfica e a segunda através de questionário.

A pesquisa de natureza bibliográfica, teve como objetivo inicial desenvolver uma familiaridade com o tema “A educação inclusiva na organização física, material e humana da escola para o atendimento de crianças com deficiência”.

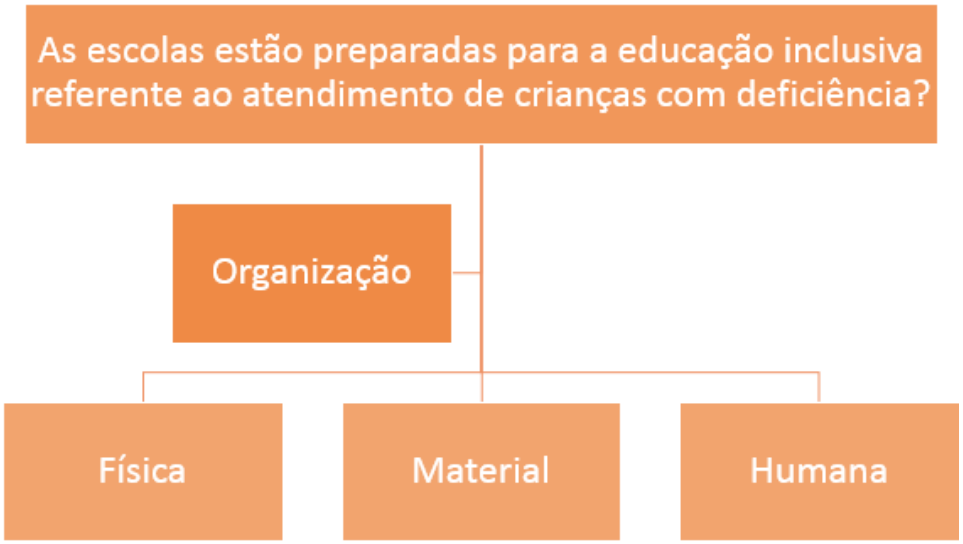
Foi desenvolvida uma pesquisa em textos, livros, artigos, capítulos de livros, monografias, arquivos, disponibilizados na internet e nas bibliotecas de instituições de ensino superior.

Em vista a situação atual, onde as aulas estão suspensas e a necessidade de distanciamento social, decidiu-se por fazer a coleta de dados através de um questionário na plataforma Formulários do Google.

O formulário foi enviado através de e-mail ou outra plataforma de trocas de mensagens para professores e gestores de escolas de educação infantil do município de Jaguaruna/SC, afim de realizar o levantamento de uma amostragem da situação real encontrada nessas instituições.

No projeto os sujeitos de pesquisas foram as crianças (alunos) com deficiência, e representada pelos segundos professores e gestores.

Figura 1 – Fluxograma da Metodologia.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

A acadêmica Míriam encaminhou um formulário dia 16/09/2020 para 18 funcionárias do município de Jaguaruna/SC.

Apenas 7 pessoas quiseram responder as questões e participar da pesquisa, as mesmas deram retorno das questões já respondidas até o dia 20/09/2020.

Em vista a situação atual, onde as aulas estão suspensas e a necessidade de distanciamento social, foi feita a coleta de dados através de um questionário na plataforma Formulários do Google.

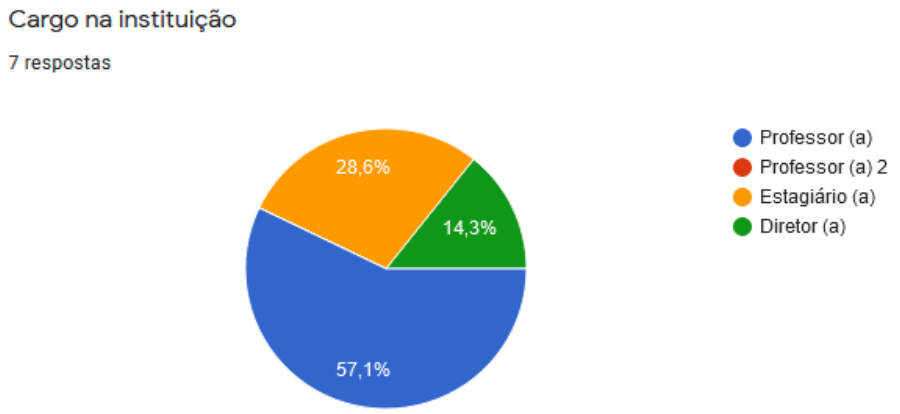
O formulário foi enviado através de trocas de mensagens para professores via WhatsApp e gestores de escolas de educação infantil do município de Jaguaruna/SC, afim de realizar o levantamento de uma amostragem da situação real encontrada nas instituições.

O questionário foi elaborado pela autora e pode ser encontrado através do link https://forms.gle/nrQZmSnZ6MNTGFX1A.

O formulário tem como intuito saber como as escolas estão preparadas para a inclusão de crianças com deficiência, quanto aos aspectos da sua organização física, material e humana?

Analisando as respostas obtidas pode-se fazer um levantamento de dados para uma compreensão mais detalhada, que será representada pelos gráficos abaixo.

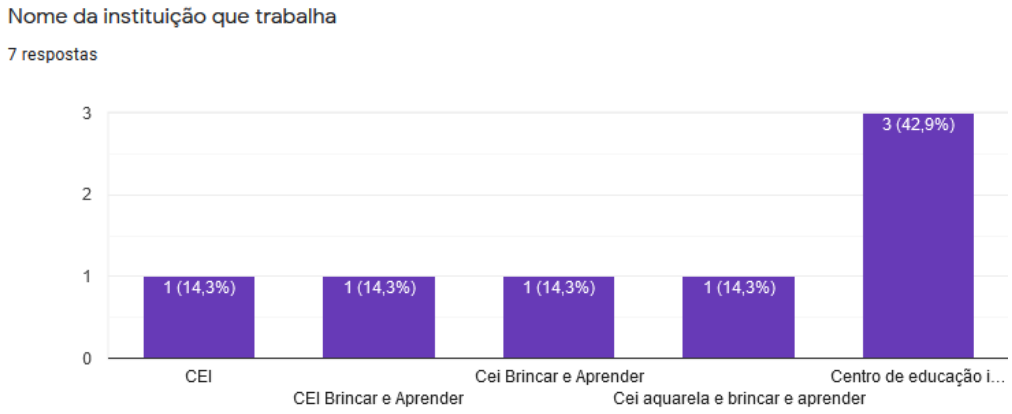
Figura 2 – Cargo ocupado nas instituições.



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms elaborado da autora, 2020.

Na questão onde foi perguntada a função exercida na instituição podemos ver que das pessoas que participaram eram 57,1% professores (as), 28,6% estagiários (as) e 14,3% diretor (a).

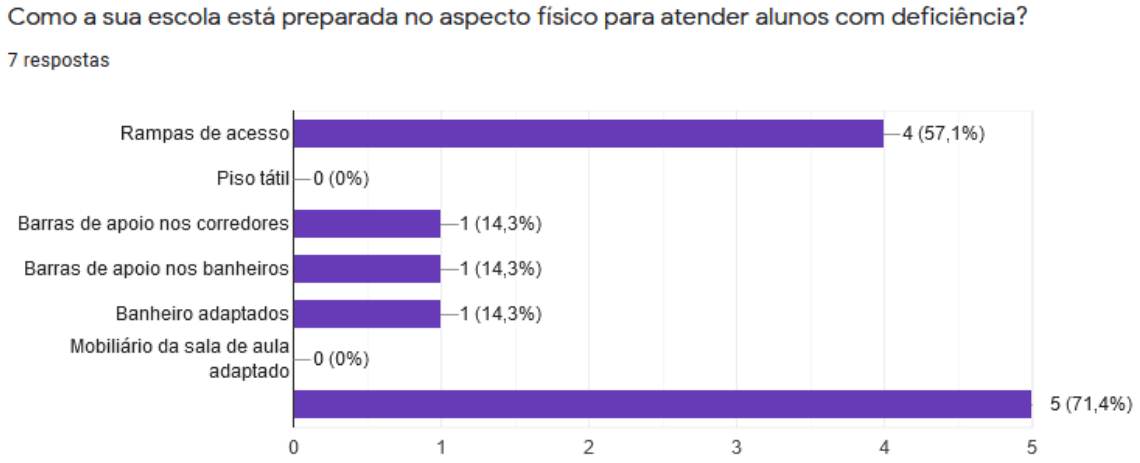
Figura 3 – Porcentagem de cargo ocupado nas instituições.



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms elaborado da autora, 2020.

Observa-se que duas instituições foram citadas e uma não foi revelado o nome.

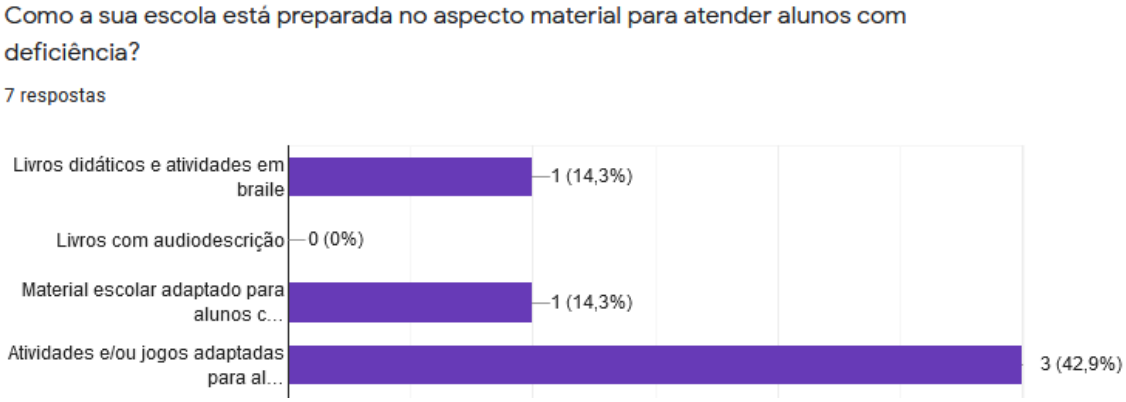
Figura 4 – Aspecto físico.



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms elaborado da autora, 2020.

No aspecto físico vemos que nenhuma das instituições possui piso tátil, algumas possuem barras de apoio nos banheiros/corredores e banheiros adaptados e a maioria possui o mobiliário da sala de aula adaptado e rampas de acesso.

Figura 5 – Aspecto material.

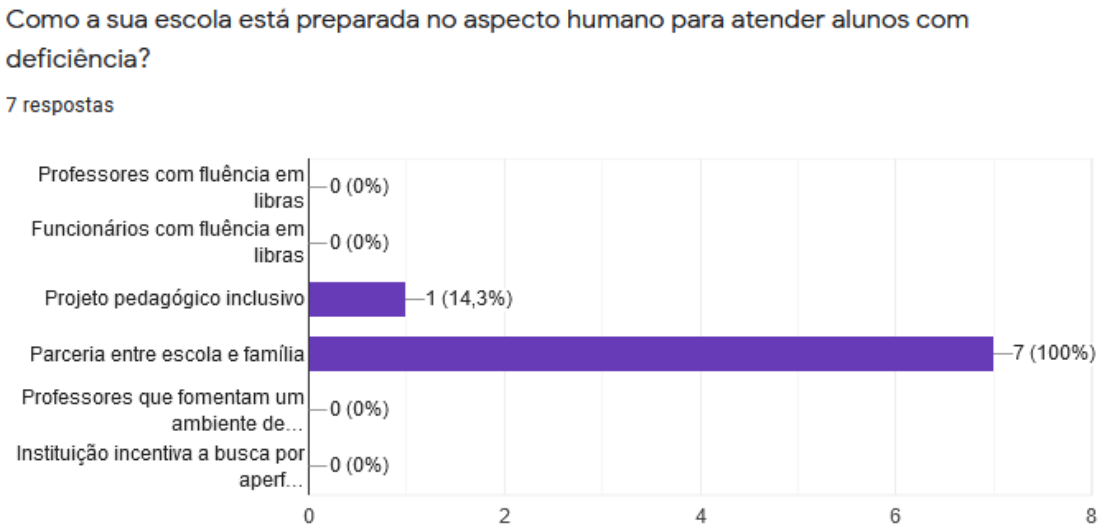


Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms elaborado da autora, 2020.

No aspecto material podemos observar que nenhuma das instituições possui livros de audiodescrição, algumas possuem livros didáticos, atividades

em braile e material escolar adaptado para alunos com deficiência motora, a maioria possui atividades e/ou jogos adaptados para alunos com deficiência.

Figura 6 – Aspecto humano.



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms elaborado da autora, 2020.

No aspecto humano conforme visto nas respostas nenhuma instituição possui professores com fluência em libras e funcionários com fluência em libras, professores que fomentam um ambiente de cooperação e livre de preconceitos e que a instituição incentiva a busca por aperfeiçoamento do corpo docente na educação inclusiva, uma instituição tem o projeto pedagógico inclusivo e em todas existe a parceria da escola e família.

Com base na sua vivencia, quais aspectos físicos poderiam ser melhorados ou mais explorados na instituição que você leciona?

7 respostas

Mais adaptações deveriam ser feitas na escola

Todos os aspectos

Acredito que o ambiente apropriado é aquele que mesmo fora da sala o estímulo da criança ainda é incentivado.

Rampa,banheiros acessíveis,tudo tem que mudar a medida da demanda de crianças com necessidades

ambientes adaptados

Fonte: Respostas retiradas do Google Forms elaborado da autora, 2020.

Figura 7 – Sugestões de melhorias no aspecto material.

Com base na sua vivencia, quais aspectos materiais poderiam ser melhorados ou mais explorados na instituição que você leciona?

7 respostas

Matérias didáticos

No aspecto físico da escola uma grande melhoria como matérias e também, a escola em si com toda a estrutura adaptada para deficientes.

Ter mais jogos, livros adaptados a necessidades de cada criança..

Depende dos profissionais que irão trabalhar com essas crianças e suas necessidades.

Livros didáticos

Fonte: Respostas retiradas do Google Forms elaborado da autora, 2020.

Figura 8 – Sugestões de melhorias no aspecto humano.

Com base na sua vivencia, quais aspectos humanos poderiam ser melhorados ou mais explorados na instituição que você leciona?

7 respostas

Não sei

Professores 2 com uma foto formação mais abrangente.

Ter uma equipe multidisciplinar na escola (fonoaudiólogos, psicólogo...

Mais comprometimento.

Formação continuada de professores

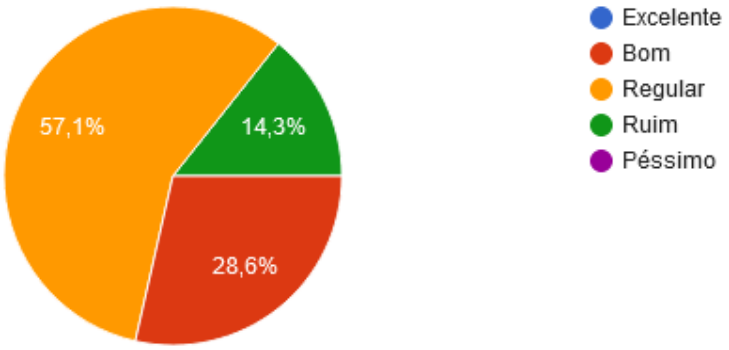
Fonte: Respostas retiradas do Google Forms elaborado da autora, 2020.

Acima podemos observar as respostas dadas sobre os aspectos que os (as) participantes acreditam que possam ser melhorados nos aspectos físicos, materiais e humanos.

Figura 9 – Classificação da instituição no aspecto da inclusão na opinião dos funcionários.

Na aspeto da inclusão, a instituição que você leciona, é:

7 respostas



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms elaborado da autora, 2020.

Quando foi questionado o grau que a instituição que lecionam é inclusiva 57,1% respondeu que a instituição é regular, 28,6% respondeu que é boa e 14,3% respondeu ruim.

E para finalizar a acadêmica Míriam perguntou a opinião pessoal de cada participante sobre como seria a escola ideal no aspecto da inclusão e as respostas obtidas foram as abaixo.

Figura 10 – Sugestões de melhorias no aspecto humano.

Na sua opinião como seria a escola ideal na aspecto da inclusão?

7 respostas

Que todos tenham acesso

Professores e alunos preparados para receber alunos especiais.

O ideal Seria a escola trabalhando junto a família. Muitas famílias veem a escola como uma folga de tirar folga da criança.a família não leva a sério as atividades propostas para o desenvolvimento da criança.

Ainda está para ser construída

Professores e funcionários preparados, materiais, ambientes ideais. Relação entre familia e escola ativa.

Fonte: Respostas retiradas do Google Forms elaborado da autora, 2020.

4 CONCLUSÕES

O foco deste artigo foi a inclusão no aspecto físico, material e humano, a mesma resulta um complexo processo de mudanças qualitativas e quantitativas necessárias para definir e aplicar soluções adequadas e viáveis.

Falar de inclusão nos remete ao direito à cidadania de todas as crianças.

Discutir a inclusão dos alunos com deficiência na educação envolve questões, tais como, as diferentes concepções de deficiência e com elas todo o problema de avaliação, currículo, recursos, reações dos professores, as limitações da escola em sua estrutura e organização e o amparo legal, tão necessário para a inclusão.

Nos formulários realizados com os professores do Município de Jaguaruna/SC foram obtidos os seguintes resultados.

Os professores entrevistados demonstraram que trabalham há algum tempo com a educação, mas há pouco tempo com a educação inclusiva e que tem conhecimento da legislação que normatiza esta educação no Brasil e muito pouca formação específica para trabalhar com os alunos com deficiência. Além de deixar clara a escassez de material para trabalhar com esses alunos, embora seus relacionamentos com os mesmos sejam satisfatórios.

A pesquisa feita através da plataforma virtual, devido a pandemia, foi bastante proveitosa e contribuiu para conhecer como está ocorrendo o processo de inclusão no aspecto físico, material e humano nas escolas do Município de Jaguaruna/SC, pode-se perceber que as escolas deixam um pouco a desejar, notamos que as mesmas não são tão preparadas nem em sua estrutura física nem em sua organização para receber alunos com deficiência, seus professores não tiveram oportunidade ou não quiseram aperfeiçoar seus conhecimentos para lidar com essa modalidade de ensino, muito embora saibam que estes alunos tenham o mesmo direito dos demais, garantido por lei, a qual permite que estes possam ser matriculados em salas regulares.

A escola precisa modernizar-se no sentido de melhorar sua estrutura e sua organização para tornarem-se realmente inclusiva.

Os educadores e gestores precisam de cursos de capacitação para melhorar seus conhecimentos em relação à Educação Inclusiva, ou seja, buscar o verdadeiro sentido de uma educação para todos.

Os familiares dos alunos com deficiência devem reivindicar seus direitos, pois a Constituição Federal em seu art. 5° garante a igualdade de todos e em seu art. 205 garante o direito a educação, logo, estes alunos têm os mesmos direitos dos alunos ditos normais.

Além do mais, os familiares podem estar presentes durante toda à vida escolar de seus filhos, buscando sempre colaborar com a escola no que diz respeito à educação dos mesmos.

Portanto, a Educação Inclusiva deve deixar de ser apenas em sonho distante e tornar-se uma realidade precisa, que se enfrente a luta e se criem mecanismos para assegurar aos portadores de necessidades especiais os seus direitos a cidadania, contribuindo para aceitação destes no âmbito escolar, com planejamento consciente e responsável de sua inclusão.

Então, a luta deve seguir com o foco, pela concretização dos direitos de cidadania tanto para os deficientes, quanto para a população em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.384, de 26 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CORTELLA, Mário Sérgio. Escola e o Conhecimento, fundamentos epistemológicos e políticos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9. ed. Brasília: MEC/SEF, 2014.

Saberes e práticas da inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEE, 2003.

BRASIL. Por uma política de formação do profissional da educação infantil. Brasília: MEC/SED/DPE/CGEI, 1994.